

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------|----|
| NOTA PRÉVIA | 9 |
| ABREVIATURAS E SIGLAS | 11 |
| INTRODUÇÃO | 15 |

Parte I

METAMORFOSES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

| | |
|---|----|
| 1. À procura de um conceito operativo de direito administrativo . | 25 |
| 2. Novos e velhos modos de ser do direito administrativo | 33 |
| 2. 1. Introdução | 33 |
| 2. 2. As extraordinárias origens do direito administrativo..... | 34 |
| 2. 3. Continuidade e descontinuidade do direito administra- tivo | 37 |
| 2. 4. A parábola terminal do Estado e o direito administra- tivo atual..... | 48 |
| 3. A circulação da consciência dogmática no direito adminis- trativo: a revelação originária do contrato | 55 |
| 3. 1. Introdução | 55 |
| 3. 2. Imagens: o modelo e a realidade | 56 |
| 3. 3. A Administração como <i>legislateur au petit pied</i> na expe- riência francesa e italiana | 61 |
| 3. 4. Atualizações dogmáticas: equívocos eloquentes e a tenta- tiva de os superar | 75 |
| 3. 5. Moral da história | 91 |
| 4. Da <i>belle époque</i> à <i>mauvaise époque</i> : a propósito das neo- fundações legislativas..... | 99 |

| | |
|--|-----|
| 5. Existe um critério para a pessoa coletiva pública? O paraíso perdido do direito administrativo | 117 |
| 5. 1. A doutrina administrativa está hoje confrontada com um enorme desafio. Quem vence, a morfologia ou a dogmática?..... | 117 |
| 5. 2. Quando o Estado deixou de ser a medida de todas as coisas..... | 123 |
| 5. 3. <i>Semel publica administratio, semper publica administratio</i> : o paradigma supranacional do organismo de direito público..... | 130 |
| 5. 4. Uma hipótese merecedora de toda a atenção: a questão da legitimidade jurídico-constitucional do poder organizativo da Administração..... | 135 |
| 5. 5. Princípio da legalidade e autonomia pública | 142 |
| 6. Da Administração transnacional ao ato administrativo trans-territorial..... | 149 |
| 6. 1. Enquadramento geral..... | 149 |
| 6. 2. O conceito de ato administrativo transterritorial..... | 151 |
| 6. 3. O problema dos atos autorizativos poligonais com efeitos ambientais transfronteiriços | 155 |
| 6. 4. Ato administrativo transterritorial e défice da tutela jurisdicional do terceiro (estrangeiro). Uma via hermenêutica | 158 |
| 7. O direito administrativo no espaço jurídico global | 167 |
| 7. 1. Esboço do quadro | 167 |
| 7. 2. O modelo gótico do “direito administrativo global” | 170 |
| 7. 3. Uma tentativa de resposta. Um <i>usus hodiernus Pandectarum</i> ?..... | 177 |
| 8. A conformação global do direito administrativo: um exemplo (in)salubre | 183 |
| 8. 1. Entrada na matéria | 183 |
| 8. 2. Alguns aspetos do regime procedimental | 186 |
| 8. 3. Os limites globais aos direitos administrativos nacionais | 192 |
| 8. 4. Paradigma de civilidade normativa ou imperialismo jurídico? | 195 |

Parte II
INTERPRETAÇÃO E DOGMÁTICA
NO DIREITO ADMINISTRATIVO

| | |
|---|-----|
| 1. A interpretação no direito administrativo..... | 201 |
| 2. A competência administrativa, o ser e o tempo | 209 |
| 2. 1. O contributo surpreendente e original de <i>Georg Jellinek</i> . A competência como elemento de construção do Estado como pessoa coletiva pública | 209 |
| 2. 2. O princípio da legalidade da competência e a sua espe- cialidade..... | 213 |
| 2. 3. A competência e o tempo | 218 |
| 3. O princípio da legalidade. Um pessimismo leopardiano..... | 223 |
| 3. 1. O princípio da legalidade passa e o direito administra- tivo também..... | 223 |
| 3. 2. A atual complexidade do princípio da legalidade..... | 229 |
| 3. 2. 1. A legalidade comunitária e global | 229 |
| 3. 3. Poderes implícitos e princípio da legalidade | 238 |
| 3. 4. Princípio da legalidade e autovinculação administrativa | 246 |
| 3. 5. O dilema dos vícios formais. Algumas precisões | 249 |
| 3. 6. O princípio da legalidade como conjunto da autonomia pública e da autonomia privada? | 253 |
| 3. 7. O crepúsculo do princípio da legalidade?..... | 258 |
| 4. O princípio da legalidade faz parte do direito urbanístico?..... | 261 |
| 5. O mérito, esse objeto jurídico não identificado..... | 283 |
| 5. 1. O problema do problema | 283 |
| 5. 2. Da discricionaridade discricionária à discricionaridade não discricionária | 288 |
| 5. 3. A Escola de Viena: interpretação e discricionaridade administrativa..... | 303 |
| 5. 4. Hermenêutica, legalidade e mérito..... | 308 |
| 5.4.1. Considerações introdutórias..... | 308 |
| 5.4.2. Hermenêutica, interesse público e mérito..... | 312 |
| 5. 5. Ideias finais..... | 325 |
| 6. O dogma da anulação administrativa..... | 329 |
| 6. 1. Clarificação conceptual | 329 |

| | |
|---|-----|
| 6. 2. Eficácia interna e eficácia externa do ato administrativo | 332 |
| 6. 3. Fundamento, limites e implicações da anulação administrativa | 338 |
| 6. 4. Ilegalidade ou ineficácia superveniente do ato administrativo?..... | 350 |
| 6. 5. Epílogo..... | 354 |
| 7. O mistério da nulidade do ato administrativo: morte e ressurreição dos efeitos jurídicos | 357 |
| 7. 1. Introdução | 357 |
| 7. 2. Nulidade e inexistência do ato administrativo. Uma distinção inútil?..... | 361 |
| 7. 3. Continuando a desbravar o <i>Holzweg</i> doutrinário | 371 |
| 7. 4. Ressurreição dos efeitos jurídicos do ato nulo em sede cautelar? | 375 |
| 7. 5. A nulidade administrativa e as suas circunstâncias | 380 |
| 7. 6. Exegese final | 383 |
| 8. O enigma da eficácia do ato administrativo..... | 391 |
| 8. 1. Uma breve sinopse..... | 391 |
| 8. 2. O enigma da eficácia jurídica | 396 |
| 8. 3. Atos receptícios e atos integrativos de eficácia: uma problematização singular | 402 |
| 8. 4. Comunicação do ato administrativo, eficácia e prazo impugnatório | 410 |
| 8. 5. Consequências jurídicas da violação do dever de comunicar o ato aos interessados..... | 413 |
| 8. 6. Reflexão final | 419 |
| 9. O pecado original da definitividade competencial do ato administrativo. Um mito estafado..... | 423 |
| 9. 1. Apresentação do problema | 423 |
| 9. 2. Crítica à noção crítica de definitividade competencial ... | 427 |
| 9. 3. Conclusão definitiva | 437 |
| 10. A subvenção pública: um lugar especial na tipologia dos atos administrativos..... | 439 |
| 10. 1. Tentativa de delimitação da figura da subvenção no âmbito nacional e europeu | 439 |
| 10. 2. Natureza do ato administrativo de subvenção..... | 446 |

| | |
|---|-----|
| 10. 3. A revogação do ato administrativo de subvenção | 454 |
| 10. 4. O princípio da proteção da confiança legítima como limite à anulação do ato administrativo de subvenção..... | 461 |
| 10. 5. Concluindo | 465 |
| 11. A aceitação do ato: um passado desinventado | 467 |
| 12. Responsabilidade civil e prejudicialidade administrativa..... | 481 |

Parte III

O DIREITO ADMINISTRATIVO DE GARANTIA

| | |
|---|-----|
| 1. Relação jurídica e jurisdição administrativa: um critério em declínio ou a tentação do direito privado? | 499 |
| 2. Brevíssimas notas sobre a fixação de uma <i>summa gravaminis</i> no processo administrativo..... | 509 |
| 2. 1. Uma nova figura no contencioso administrativo. Complexidade disfarçada de simplicidade processualística | 509 |
| 2. 2. Natureza jurídica | 514 |
| 2. 3. Algumas refrações processuais menos notórias | 521 |
| 2. 4. Concluindo e não propondo | 529 |
| 3. O juiz administrativo, súbdito da prova procedimental?..... | 535 |
| 3. 1. Abrindo o texto..... | 535 |
| 3. 2. Facto administrativo opinável e controlo jurisdicional..... | 537 |
| 3. 3. Sentido e alcance da expressão “meios de prova admitidos em direito” | 548 |
| 3. 4. Valoração processual da prova procedimental | 554 |
| 3. 5. Breves conclusões | 566 |
| 4. A ação de condenação e o direito ao ato..... | 569 |
| 4. 1. Modelos inspiradores e linhas interpretativas..... | 569 |
| 4. 2. O objeto da ação de condenação à prática do ato legalmente devido | 576 |
| 4. 3. Sentido e alcance do regime processual..... | 581 |
| 4. 4. Nota conclusiva | 584 |
| 5. A nova Diretiva-recursos e a tutela ainda mais urgente de terceiros: uma reflexão solitariamente trepidante..... | 589 |
| 5. 1. Introdução | 589 |

| | |
|--|------------|
| 5. 2. A cláusula <i>stand still</i> | 591 |
| 5. 3. Tutela urgente e cláusula <i>stand still</i> | 596 |
| 5. 4. A privação dos efeitos do contrato na Diretiva n.º 66/ /2007/CE. Sentido e alcance..... | 598 |
| 5. 5. A privação facultativa dos efeitos e sanções alternativas. Um breve aceno | 604 |
| 5. 6. Ainda a privação dos efeitos do contrato. Uma tentativa de conciliação entre a Diretiva e o direito interno | 607 |
| 5.7. Considerações finais | 611 |
| 6. O artigo 161.º do Código de Processo nos Tribunais Adminis- trativos: uma complexa simplificação..... | 615 |
| 6. 1. Colocação sistemática | 615 |
| 6. 2. O objeto do processo administrativo como questão prévia | 618 |
| 6. 3. Os pressupostos | 621 |
| 6. 4. O problema da aceitação do ato administrativo..... | 625 |
| 6. 5. Problematização final | 629 |
| 7. O juiz administrativo, senhor do processo executivo: a exe- cução substitutiva pela Administração na presença da discri- cionaridade | 637 |
| 8. Diagnose e prognose da justiça administrativa: pressupostos para um debate | 649 |
| 9. Um modelo inspirador: <i>hard look doctrine and public interest</i> . | 657 |
| 10. Reflexão final. O presente do direito público entre o passado posterior e o futuro anterior ou o direito administrativo juris- prudencial público e o direito administrativo positivo ex- -público. A <i>qualificação jurídica</i> como a arte do jurista | 671 |
| BIBLIOGRAFIA JURISPRUDENCIAL | 685 |